

41º Encontro Anual da Anpocs

GT 22 – Partidos e sistemas partidários

Partidos e lideranças nos sistemas partidários subnacionais.

Estudo exploratório de dois estados brasileiros.

Bruno Wilhelm Speck (USP)

Gabriela Figueiredo Netto (USP)

Resumo

Para analisar como partidos e lideranças estruturam a competição eleitoral no Brasil juntamos duas linhas de investigação: a primeira a respeito da institucionalização do sistema partidário e a segunda sobre o personalismo na política. Operacionalizamos o primeiro conceito a partir de propostas de Mainwaring (1999) e Melo (2000) e desenvolvemos uma métrica análoga para medir o personalismo. Neste estudo exploratório aplicamos os dois conceitos da institucionalização dos partidos e do personalismo à análise das disputas pelos cargos de governador, senador e prefeito de capital em dois estados no Brasil. O período de observação cobre as eleições de 1982 até 2016. O estudo é exploratório e descritivo, mas visa o aperfeiçoamento da métrica para expandir a análise quantitativa a todos os subsistemas partidários estaduais no Brasil.

Palavras-chave: partidos políticos; lideranças partidárias; sistema partidário subnacional.

Partidos e lideranças como elementos estruturantes da escolha eleitoral

O objetivo do trabalho é analisar o quanto as organizações partidárias e as lideranças políticas individuais estruturam a disputa eleitoral no Brasil contemporâneo. O objeto de investigação são as disputas eleitorais de 1982 a 2016 nos Estados do Rio de Janeiro e do Paraná, focando nos cargos de Governador, Senador e Prefeito da Capital. Analisamos quais partidos se apresentam com quais candidatos para disputar estes cargos mais importantes no Estado durante este período de mais de três décadas de eleições pluripartidárias no âmbito subnacional. Partimos do pressuposto que a presença constante das mesmas siglas partidárias em eleições as torna pontos de referência na memória política dos cidadãos. O mesmo raciocínio se aplica às lideranças políticas individuais. Os mesmos políticos disputam os cargos eletivos importantes durante várias eleições tornando-se referência para o eleitorado e estruturando a escolha eleitoral. A questão central é o quanto os dois tipos de atores, as organizações partidárias e as lideranças políticas individuais, estruturam a escolha eleitoral no Brasil e, em um segundo momento, o quanto as lideranças políticas complementam ou minam o papel dos partidos.

A institucionalização dos partidos

A ideia que os partidos políticos estruturam as eleições tem uma longa tradição na ciência política. Em relação a este aspecto do nosso trabalho exploramos e sistematizamos ideias que estão em debate há algum tempo na pesquisa sobre o sistema representativo via eleições no Brasil. O conceito da institucionalização do sistema partidário, cunhado por Mainwaring e diversos coautores (Mainwaring and Scully 1995; Mainwaring 1999; Mainwaring and Scully 1997; Mainwaring and Torcal 2005) se baseia na ideia que os partidos políticos nas novas democracias apresentam maior diversidade na sua estrutura do que as organizações partidárias nas democracias com tradição democrática mais longínqua. Para avaliar esta variedade Mainwaring propõe o conceito de institucionalização que se baseia em quatro critérios: a longevidade dos partidos como ator político nas eleições, a estabilidade dos vínculos dos partidos com os eleitores, a legitimidade do jogo democrático e a estruturação interna dos partidos. Avaliados por estes critérios os partidos políticos nas novas democracias podem ser caracterizados como mais ou menos institucionalizados.

A novidade do nosso trabalho em relação a este aspecto está na operacionalização do conceito da perenidade, isto é, da presença constante das mesmas siglas partidárias nas disputas eleitorais mais importantes para que elas possam se afirmar como pontos de referência na memória política do eleitor. Um dos trabalhos que inspirou a nossa abordagem é o texto de Melo (2010) sobre subsistemas partidários no Brasil (no âmbito estadual). O argumento de Melo é que os sistemas partidários podem ser avaliados em função da estabilidade ou instabilidade da disputa eleitoral a longo prazo.

Melo parte da observação de vários autores anteriores sobre a polarização da disputa eleitoral nacional no Brasil a partir de 1994 em torno de dois partidos (PT e PSDB). Estes dois partidos apresentam candidaturas competitivas para a presidência e estruturam as alianças de apoio (as coligações) para este e outros cargos. Os dois partidos mantêm este domínio durante duas décadas, até as eleições de 2014. Melo avalia as constelações de disputa política em longo prazo. Partidos que eram importantes em uma eleição continuam sendo importantes em várias eleições seguintes? As mesmas siglas conseguem se afirmar junto ao eleitor como jogadores importantes e perenes que estruturam a disputa eleitoral? Analisando as disputas eleitorais nos Estados brasileiros sob esta ótica ele chega à conclusão que há três cenários diferentes. Em alguns estados os mesmos dois

ou três partidos apresentam candidatos competitivos para as eleições a governador em várias eleições seguidas. Em outros estados somente um partido consegue se afirmar de forma competitiva durante várias eleições em que os seus adversários mudam em cada eleição. O terceiro tipo de sistema subnacional é representado por Estados onde nenhum partido consegue estruturar a competição eleitoral durante um longo período de tempo. Nestes estados os partidos com candidatos competitivos em uma disputa para governador já não serão os mesmos na próxima eleição.

Na nossa análise ampliamos e sistematizamos o exercício de Melo para a análise dos subsistemas partidários. Primeiro, incluímos um número maior de cargos na análise. Enquanto Melo trabalha com o cargo de governador incluímos as disputas eleitorais para Senador e Prefeito de Capital na análise. A justificativa para a inclusão destes três cargos é a sua visibilidade na política, o preenchimento em eleições majoritárias, com a presença forte da pessoa do candidato principalmente no horário eleitoral, e a possibilidade de rotatividade na ocupação destes cargos pelas mesmas pessoas.

Segundo, sistematizamos os critérios de avaliação do peso político de cada candidatura, diferenciando três classes a partir da votação obtida: eleitos (eleitos no primeiro ou segundo turno), candidaturas competitivas (todos anteriores e candidatos que alcançaram mais de 20% dos votos) e candidaturas (todos os candidatos). Terceiro, estendemos a análise para um período maior, de 1982 até 2016, e limitamos a comparação a dois estados. Com isto conseguimos avaliar a evolução do sistema partidário subnacional do Estado do Rio de Janeiro e do Paraná, sob a ótica da mesma pergunta: até que ponto os partidos políticos (e em segundo lugar: quais partidos políticos) são capazes de estruturar o sistema partidário subnacional.

Identificamos sistemas partidários subnacionais como institucionalizados quando poucos partidos durante longo período de tempo dominam a disputa eleitoral pelos cargos-chaves identificados. Contrariamente, sistemas partidários são pouco institucionalizados quando os partidos não são capazes de organizar a disputa eleitoral pelos cargos majoritários identificados em torno de poucos candidatos competitivos ou as constelações dos partidos que organizam a disputa varia de eleição para eleição.

Presença constante das lideranças políticas

A segunda parte da análise replica o mesmo procedimento sobre a perenidade da presença das organizações partidárias nas eleições para as lideranças políticas.¹ Perguntamos em que medida as lideranças políticas que disputam estes cargos majoritários se reapresentam nas eleições subsequentes. Com isto visamos avaliar se estas lideranças estruturam de forma permanente as escolhas eleitorais apresentadas aos cidadãos, de forma análoga aos partidos políticos.

A influência de lideranças políticas sobre o sistema de representação eleitoral é um tema constante nas análises da ciência política, mas há poucas propostas para desenvolver uma metodologia para medir este fenômeno nas eleições.² A nossa abordagem foca na questão da presença constante das mesmas lideranças políticas nas disputas eleitorais sobre um longo período de tempo. Esta adaptação dos critérios aplicados aos partidos políticos para o caso das lideranças individuais demanda algumas precauções. Em primeiro lugar os partidos disputam simultaneamente por vários cargos enquanto o político, em função da legislação brasileira, poderá disputar e exercer somente um mandato por vez.³ Outra limitação é que candidatos estão sujeitos a restrições no exercício dos cargos executivos que não vigoram para os partidos políticos. Vedada uma segunda reeleição, um Prefeito ou Governador deve procurar por outra alternativa para continuar a carreira política após o término do segundo mandato. Em função desta característica os três cargos sob análise estão interligados. Muitas lideranças políticas migram entre a disputa de um dos três cargos em função do impedimento legal de disputar um terceiro turno de Governador ou Prefeito.

Também estamos cientes que candidato e partido estão intrinsecamente vinculados um ao outro nas eleições brasileiras, uma vez que não há a possibilidade de candidaturas avulsas de lideranças sem filiação partidária. Igualmente, partidos políticos não podem disputar eleições sem candidatos. A disputa eleitoral por duplas partido-candidato é o resultado de um processo de escolhas e acordos mútuos, mais do que uma decisão isolada dos atores

¹ Aqui divergimos claramente de Mainwaring (1999) sobre o efeito subversivo do personalismo sobre o sistema partidário. Segundo Mainwaring os partidos enfraquecem na medida em que líderes políticos se tornam mais fortes do que as organizações partidárias.

² Pesquisas mais recentes enfatizaram a importância de atributos pessoais dos candidatos, mas a questão da perenidade ou presença constante dos candidatos não foi avaliada até o momento.

³ Historicamente houve momentos nos quais candidatos puderam disputar vários cargos simultaneamente (durante a Terceira República) ou até exercer mandatos de forma concomitante (durante a ditadura militar).

envolvidos. Desta forma, o processo eleitoral, sobre o qual focamos nossa análise, é antecedido por uma fase de intensa sondagem, avaliação e escolha de candidatos por partidos e de partidos por candidatos.

Também vale ressaltar que o nosso enfoque recai somente sobre os titulares das chapas quando na verdade sabemos que a negociação entre vários atores envolve apoios de outros atores em função do preenchimento de posições de candidatos a Vice-Prefeito, Vice-Governador ou Suplente de Senador. Tanto estas outras posições na disputa eleitoral, como também a formação de coligações para apoiar candidaturas, não foram consideradas nesta análise. Nesta versão inicial, que testa o indicador para medir o personalismo, trabalhamos somente com os titulares e os seus partidos.

O objetivo desta conceituação do personalismo na política é avaliar como ele se relaciona com a estruturação dos sistemas partidários subnacionais. Em um primeiro exercício avaliamos a importância de políticos individuais na disputa subnacional a partir da capacidade das lideranças políticas de disputar os cargos eletivos mais importantes no Estado durante um longo período de tempo. Este critério de avaliação emula o procedimento de Melo para avaliar a presença perene dos partidos nas eleições subnacionais. Avaliamos as disputas subnacionais sob a ótica da importância de lideranças políticas individuais na organização da disputa eleitoral. Consideramos sistemas partidários mais personalizados aqueles nos quais poucos líderes monopolizam o direito de disputar estes cargos centrais. O grupo de políticos disputando as eleições e ocupando os cargos-chaves é menor. Onde os partidos alternam os candidatos a lideranças individuais estão menos presentes na memória política do eleitorado, portanto observamos um grau menor de personalização das disputas.

Um momento importante para a avaliação da personalização ou partidarização das eleições é a fidelidade partidária dos candidatos. Em contextos nos quais candidatos se mantêm filiados ao mesmo partido durante toda sua carreira política a análise do peso da liderança em contraste com a importância da sigla partidária se torna mais difícil. Onde a relação entre partidos e políticos se desfaz com maior frequência esta dissociação oferece uma oportunidade para identificar a importância maior do partido ou da liderança política.

Identificamos as eleições subnacionais como personalizadas quando poucos candidatos conseguem monopolizar a disputa pelos cargos chaves durante longo período de tempo. Quanto menor o número das lideranças dominantes e quanto mais tempo estas lideranças conseguem controlar a disputa pelos cargos chaves, maior a personalização das eleições. Esta personalização pode ocorrer tanto em um sistema partidário institucionalizado onde os partidos mantem as mesmas lideranças na disputa pelos cargos chaves como também em um sistema partidário de baixa institucionalização, onde as mesmas lideranças trocam de partido frequentemente. Sistemas eleitorais apresentam baixo grau de personalização onde os cargos chaves são disputados por um número grande e itinerante de lideranças políticas.

Em resumo, o trabalho avalia em que medida as disputas eleitorais pelos cargos de Governador, Senador e Prefeito da Capital, do Estado do Rio de Janeiro e do Paraná, giram em torno dos mesmos partidos políticos e dos mesmos candidatos durante períodos prolongados de observação. Também avaliamos a estabilidade do vínculo entre partidos e candidatos neste período.

Base de dados, metodologia e construção dos indicadores

Analizamos dados quantitativos dos resultados eleitorais em dois Estados (Rio de Janeiro e Paraná), usando técnicas simples de estatística descritiva. A escolha dos dois Estados levou em conta a magnitude dos distritos eleitorais e noções prévias sobre a estrutura da competição partidária. Sabemos que a magnitude dos distritos influencia o número de partidos que elegem representantes nas eleições proporcionais. Por outro lado, os Deputados Federais e Estaduais são potenciais candidatos às disputas majoritárias aqui analisadas. Escolher Estados com distritos eleitorais muito díspares poderia distorcer os resultados desta comparação de apenas dois Estados que visamos aqui.

Como apresentado na tabela 1, os dois Estados não são completamente pareados em termo de magnitude dos distritos, mas ambos estão na categoria dos Estados com magnitude elevada. A segunda razão é que a observação da política nos dois Estados sugere um quadro partidário mais consolidado no Paraná e uma maior volatilidade no caso do Rio de Janeiro, impressão também confirmada pela avaliação de Melo (2010). A comparação destes dois casos sugere ser um ponto de partida promissor para a avaliação do partidarismo e do personalismo nestes dois subsistemas políticos no Brasil.

Tabela 1: Magnitude dos distritos eleitorais nos Estados (2014)

UF	MAGNITUDE DEP. FED.	MAGNITUDE DEP. EST.
AC	8	24
AM	8	24
AP	8	24
DF	8	24
MS	8	24
MT	8	24
RN	8	24
RO	8	24
RR	8	24
SE	8	24
TO	8	24
AL	9	27
ES	10	30
PI	10	30
PB	12	36
SC	16	40
GO	17	41
PA	17	41
MA	18	42
CE	22	46
PE	25	49
PR	30	54
RS	31	55
BA	39	63
RJ	46	70
MG	53	77
SP	70	94

O banco de dados abrange dados do TSE⁴ e de outras fontes⁵ sobre a disputa eleitoral de 1982 a 2016, focando nos cargos de Governador, Senador e Prefeito da Capital. Coletamos dados sobre todas as candidaturas, o cargo disputado, a filiação partidária, a votação e os resultados eleitorais, para ambos os estados.

Com o objetivo de analisar a importância do sistema partidário para estruturar a disputa eleitoral identificamos a presença dos partidos nas disputas eleitorais. Avaliamos esta presença a partir de três medidas diferentes. Primeiro avaliamos se os partidos apresentaram algum candidato para disputar os três cargos. A variável binária „CAND“ se refere à simples contagem das candidaturas apresentadas. Depois avaliamos se os partidos tiveram candidatos com votação expressiva. Todas as candidaturas acima de 20% dos votos válidos são consideradas competitivas, identificadas pela variável binária “COMP”. O terceiro critério de avaliação da presença dos partidos na disputa dos vários cargos se refere aos candidatos eleitos, identificado pela variável binária “ELEIT”. Estes três indicadores identificam quais e quantos partidos disputam as eleições em cada ano.

Adicionalmente a estes indicadores separados para candidaturas, candidatos competitivos e eleitos construímos pela variável numérica (ÚNICO) que junta as três anteriores. Este indicador é construído a partir da soma ponderada de CAND (peso 1), COMP (peso 3) e ELEIT (peso 5). Desta forma, uma candidatura ganha o valor 1; caso ela alcance 20% dos votos ela soma mais 3, ganhando o valor 4; e se o candidato for eleito ele somará mais 5, alcançando o valor máximo de 9 no indicador único. Estas várias dimensões do critério da apresentação e do sucesso das candidaturas em cada eleição estão resumidas no quadro 1.

Estas contagens de candidaturas, dos candidatos competitivos e das vitórias eleitorais serão avaliadas pela ótica dos partidos (contando as candidaturas apresentadas pelos partidos) e das lideranças políticas (quantos e quais cargos foram disputados pelos candidatos). Para o indicador dos partidos (P.ÚNICO) somamos todos os valores das

⁴Os dados entre 2016 a 1998, para ambos os estados, foram coletados a partir do repositório de dados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>).

⁵Para o estado do Rio de Janeiro, coletamos os dados das eleições entre 1982 e 1996 a partir do sítio eletrônico do TRE RJ (http://www.tre-rj.jus.br/site/eleicoes/dados_historicos/). Para o estado do Paraná, referente aos mesmos anos de eleição, coletamos as informações através de notícias e jornais que veicularam os resultados eleitorais da época.

candidaturas individuais. Para o indicador das lideranças (L.ÚNICO) usamos os valores da respectiva candidatura.

O segundo critério a respeito da importância dos partidos e das lideranças políticas avalia a perenidade da sua presença nas eleições. Para avaliar esta dimensão verificamos se partidos ou líderes políticos tiveram presença constante nas eleições durante um período estendido. A nossa medida de avaliação temporal é a soma flutuante dos indicadores somados acima sobre 4 eleições. Uma das justificativas para a escolha deste intervalo é que com este intervalo sempre cobrimos o mesmo conjunto de eleições, incluindo duas eleições municipais para a escolha de um prefeito, uma eleição estadual para a eleição de um governador e um senador e outra eleição estadual para eleger um governador e dois senadores, como evidenciado no gráfico 3. Para avaliara influência dos partidos e líderes na memória do eleitorado sobre este intervalo de tempo somamos os indicadores acima mencionados para a eleição atual com os indicadores das três eleições passadas. Esta soma flutuante é calculada para cada ano, obtendo assim uma série de dados para cada ano eleitoral sobre o período das três décadas avaliadas. Por exemplo, para os valores da soma flutuante referente ao ano 2000 somamos os valores do indicador único calculado para os anos 1994, 1996, 1998 e 2000, e para o ano 2002 somamos 1996, 1998 2000 e 2002.

Novamente, as somas flutuantes dos indicadores são calculadas pela ótica dos candidatos individuais (L.ÚNICO.SF), bem como dos partidos (P.ÚNICO.SF). No caso das lideranças a soma flutuante é calculada a partir dos valores L.ÚNICO dos três ano anteriores, mais do ano da eleição atual. Uma liderança que se candidatou a prefeito da capital em 1996 com votação de 2%, não concorreu em 1998, novamente disputou a prefeitura em 2000, ganhando 23% dos votos e em 2002 disputou uma vaga para o senado, se elegendo com 29% dos votos obterá um valor de $L.ÚNICO.SF = 14$ para o ano 2002.⁶ O indicador P.ÚNICO.SF é calculado da mesma forma, somando todos os valores das respectivas candidaturas apresentadas pelo partido no período.

Com o objetivo de medir como os partidos que estruturam a dinâmica eleitoral mantêm-se na disputa por conta da entrada ou saída de lideranças partidárias, criamos um indicador (MIG) que classifica a relação dos candidatos com o partido ao longo do

⁶O cálculo é resultado da soma de 1 (candidatura 1996) + 0 (1998) + 4 (candidatura com votação significativa 1+3 em 2000) + 9 (candidatura, com votação significativa e eleito 1+3+5 em 2002).

tempo. Candidatos do mesmo partido (1) são aqueles que entre uma eleição e outra disputando os cargos de senador, governador e prefeito da capital se mantêm no mesmo partido, isto é, são fieis à sigla partidária. Os novos candidatos (2) são aqueles que disputam os cargos-chaves indicados acima pela primeira vez no período. Os candidatos de outro partido (3) são as lideranças que disputam um dos cargos-chaves pelo partido, sendo que numa eleição anterior já haviam disputado os mesmos cargos por outra sigla.

Adicionalmente temos duas categorias para classificar a forma de saída das lideranças da disputa dos cargos analisados. Os políticos que apresentam sua última candidatura (4) por um dos cargos-chaves pelo partido e os políticos que continuam na disputa por estes cargos em um momento posterior, porém por outro partido (5). É importante que a primeira situação de saída abrange uma série de situações bastante heterogêneas, incluindo lideranças que saem da vida política ou falecem, outras que concorrem a outros cargos (como por exemplo, deputado estadual) pelo partido ou assumem outros cargos nomeados (secretaria, ministério).

Quadro 1: Indicadores

Indicador	Descrição	Partidos	Lideranças
CAND	Contagem das candidaturas		
COMP	Contagem das candidaturas competitivas (acima 20% dos votos)		
ELEIT	Contagem dos candidatos eleitos		
ÚNICO	Soma ponderada dos três (1*CAND+3*COMP+5*ELEIT)	P.ÚNICO	L.ÚNICO
ÚNICO.M	Soma das últimas quatro eleições	P.ÚNICO.M	L.ÚNICO.M
MIG	Classificação dos políticos		Valores: 1, 2, 3, 4 ou 5.

Resultados

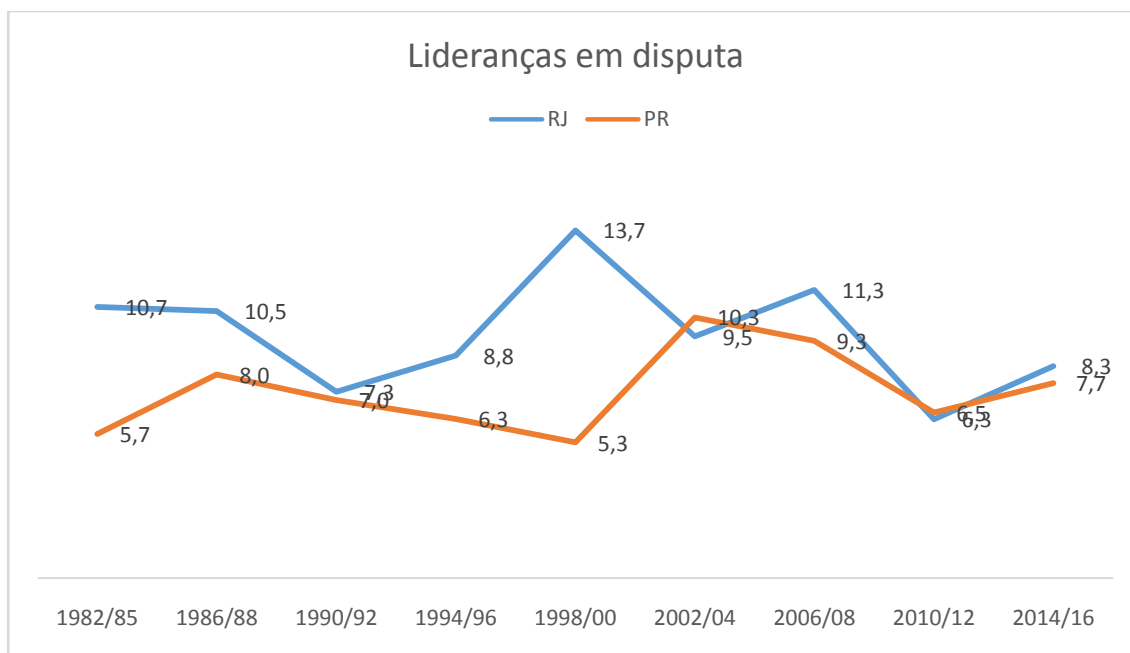
Analisamos os resultados em três passos: primeiro olhamos para o número de partidos políticos e lideranças que disputam cada eleição. O principal objetivo é identificar o quanto estes dois tipos de atores conseguem estruturar a escolha eleitoral, concentrando

votos em torno de um número reduzido de atores. No segundo passo analisamos a presença dos mesmos atores-chaves no páreo eleitoral no decorrer do tempo. A questão aqui é se os mesmos partidos e lideranças conseguem manter-se entre os jogadores mais importantes sobre um período de tempo maior. No terceiro passo juntamos a análise dos partidos com a análise das lideranças, levando em conta também a migração partidária. Os partidos conseguem o seu sucesso eleitoral com a adesão de novas lideranças? A sua queda está vinculada à saída de lideranças?

Passo 1: A fotografia do momento

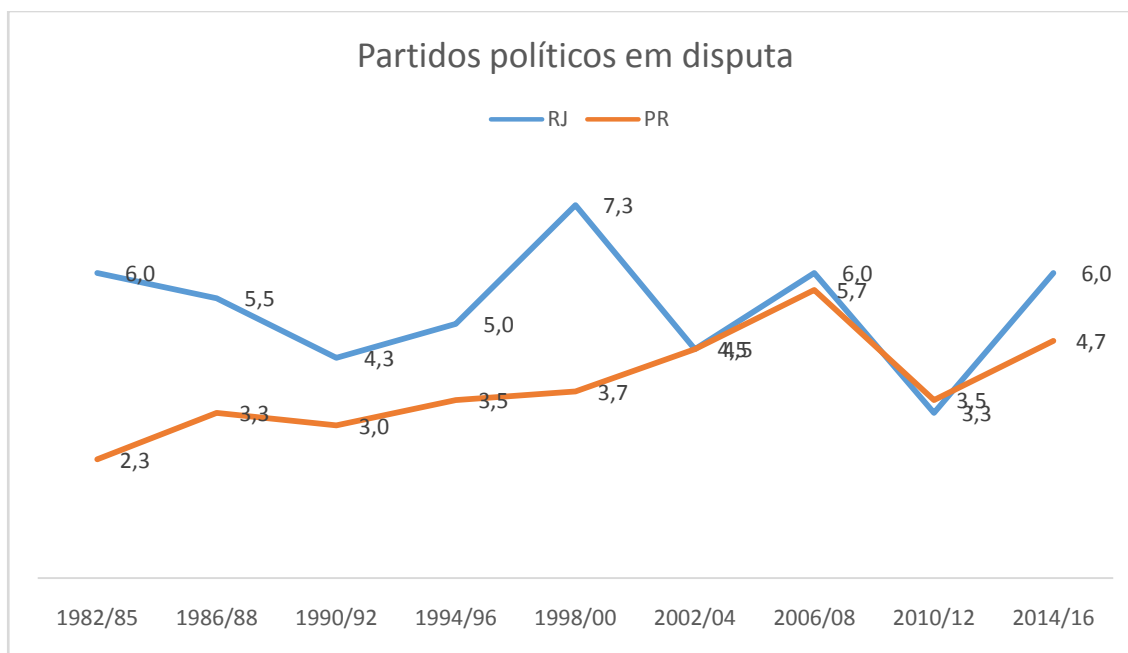
Quantos partidos e lideranças apresentaram candidaturas para os três cargos no período dos 34 anos analisados? Os gráficos 1 e 2 mostram o número de lideranças políticas (L.CAND) que se apresentaram por vaga em cada um dos dois estados, para cada ciclo eleitoral que compreende uma eleição para governador, senador e prefeito. O gráfico 1 mostra que nas eleições de 1982 e 1985 quando foram disputados os cargos para uma vaga de Governador, uma vaga de Senador e uma vaga de Prefeito, no Estado do Rio de Janeiro houve uma média de 10,7 lideranças políticas por vaga disputando as eleições. No caso do Estado do Paraná esta média ficou em 5,7, sendo praticamente a metade. A diferença entre os dois estados continua até o ciclo de 2002/04, tendo o maior pico de diferença nos anos 1998/2000 onde a média de candidatos em disputa para o Rio de Janeiro foi de 13,7 e para o Paraná de 5,3. A partir de 2002/04 o número de lideranças em ambos os estados disputando as 3 vagas (ou 4, quando 2 senadores são eleitos) se aproxima.

Gráfico 1: Número de lideranças candidatando-se por vaga para cada ciclo eleitoral elegendo Governador, Senador e Prefeito da Capital (L.CAND)



O gráfico 2 informa sobre o número médio de partidos que lançaram candidatos por vaga para as mesmas eleições. Novamente verificamos uma proliferação maior de partidos disputando estes mandatos majoritários no Rio de Janeiro, em comparação com Paraná, para a primeira metade do período observado (até 2002/04). O perfil dos dois Estados se aproxima a partir das eleições de 2002/04 seguindo a mesma tendência do número médio de lideranças em disputas: a média de partidos que concorrem aos cargos majoritários para ambos os estados se assemelham.

Gráfico 2: Número de partidos lançando candidaturas por vaga para cada ciclo eleitoral elegendo Governador, Senador e Prefeito da Capital (L.CAND)



A avaliação das candidaturas competitivas no gráfico 3 e 4 não apresenta perfis sistematicamente diferentes entre os dois estados. O número de candidatos competitivos disputando cada vaga gira em torno de 2 em ambos os estados enquanto o número de partidos disputando as vagas com candidatos competitivos gira em torno de 1,5. Há oscilações significativas nestes números, mas as eventuais diferenças entre os dois estados não se apresentam de forma clara e perene sobre todo o período observado.

Gráfico 3: Número de lideranças competitivas para cada ciclo eleitoral elegendo Governador, Senador e Prefeito da Capital (L.COMP)

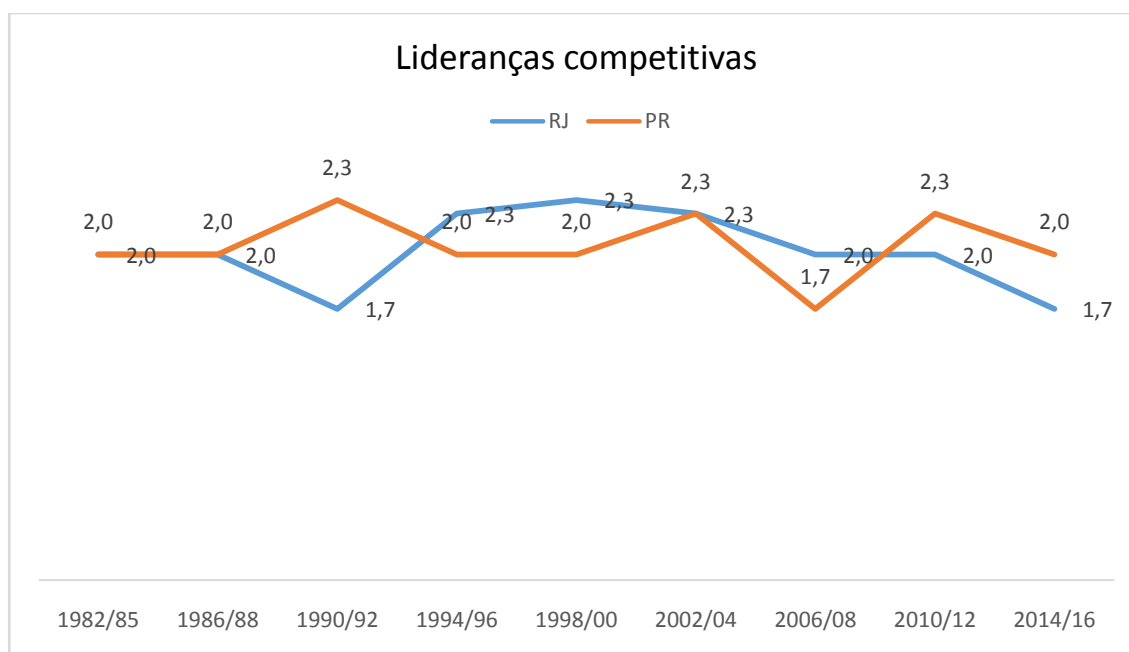
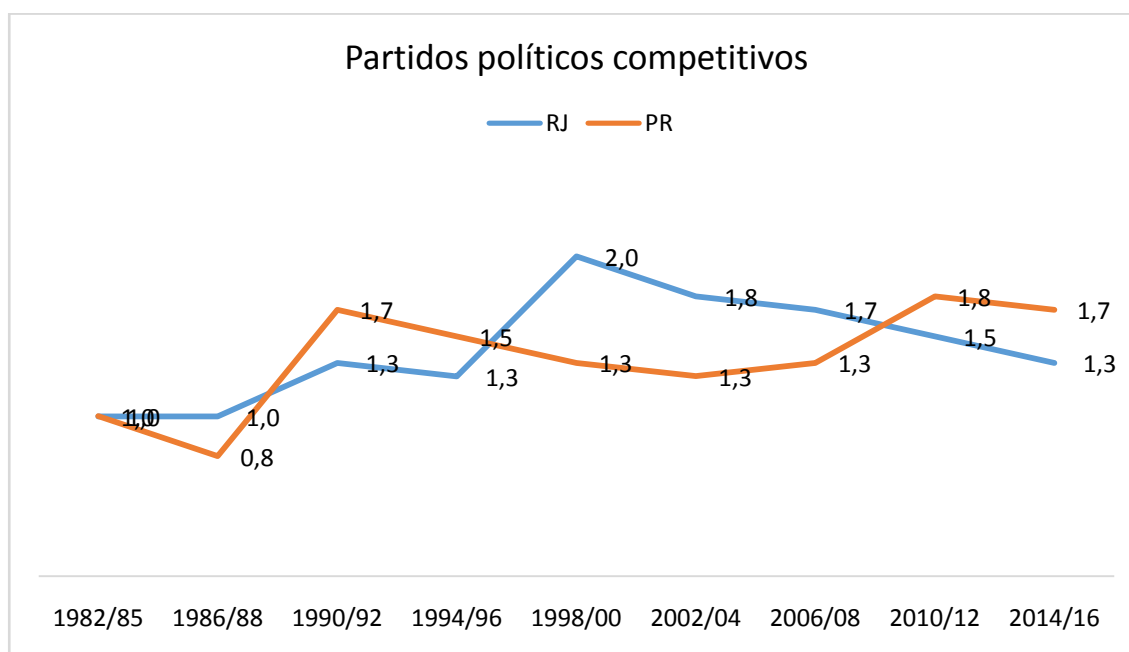


Gráfico 4: Número de partidos com candidatos competitivos para cada ciclo eleitoral elegendo Governador, Senador e Prefeito da Capital (L.COMP)



Passo 2a: O filme em movimento pela ótica dos partidos

Avaliamos agora a presença constante de partidos e lideranças nos dois estados, usando os indicadores únicos de soma flutuante. Diferentemente da avaliação anterior agora não somente contamos o número de partidos e lideranças que dominam as disputas, mas identificamos se são os mesmos atores para todo período.

Nos gráficos 5 e 6 verificamos que houve uma concentração da disputa dos cargos mais importantes no início do período observado por dois partidos (PDT e PMDB) no Rio de Janeiro e por um partido (PMDB) no Paraná.

Em um segundo momento, no meio do período de observação (entre 1998 e 2004) os partidos perdem este predomínio e nenhum outro partido consegue substituí-los nesta função estruturante; sendo os principais partidos em disputa o PMDB, PT e PDT no caso do Rio de Janeiro, e os três partidos anteriores somados ao PSDB no Paraná.

No terceiro período, no final do período de observação, os sistemas partidários novamente estruturam a disputa eleitoral nos dois Estados. No caso do Rio de Janeiro o PMDB consegue recuperar a sua proeminência como partido central e o PDT é substituído pelo PRB. No caso do Paraná o PMDB não consegue recuperar a sua liderança, sendo a nova força estruturadora o PSDB⁷.

A partir dos cenários descritos por Melo (2010) sobre os sistemas partidários subnacionais podemos verificar que com relação aos partidos políticos, no caso do Rio de Janeiro no período mais atual, há a presença de dois partidos políticos que mais estruturam a dinâmica da disputa eleitoral: o PMDB e o PRB. Já o Paraná, neste terceiro período, aproxima-se mais do cenário onde há um partido político que é mais competitivo por várias eleições (PSDB) e há a alternância dos adversários na corrida eleitoral (PDT, PMDB e PT).

⁷A tendência nos dois estados descritas acima fica evidente mesmo quando visualizamos todos os partidos da disputa eleitoral (gráficos 5b e 6b no anexo).

Gráfico 5: Indicador da presença de partidos selecionados estruturando a disputa eleitoral no Rio de Janeiro (P. ÚNICO.SF)

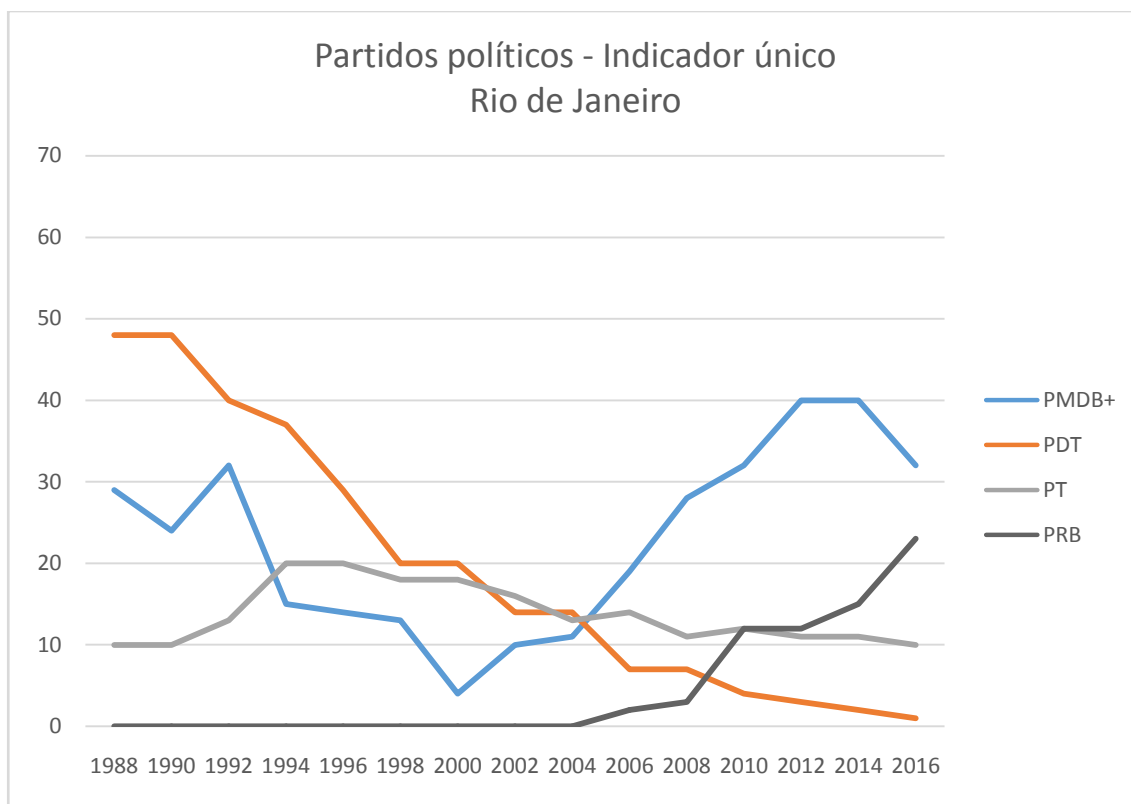
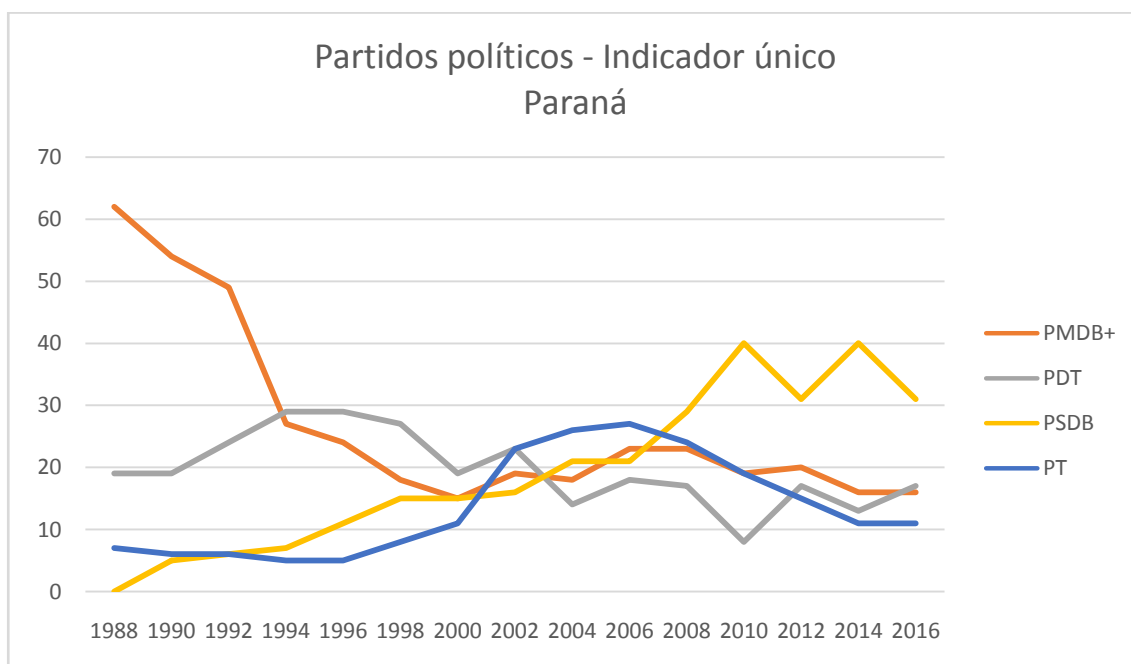


Gráfico 6: Indicador da presença de partidos selecionados estruturando a disputa eleitoral no Paraná (P. ÚNICO.SF)



Passo 2b: O filme em movimento pela ótica das lideranças

Da mesma forma que partidos estruturam a competição eleitoral, lideranças políticas também são referências importantes para os eleitores nas disputas eleitorais. Analisamos em seguida se determinadas lideranças conseguem ocupar uma posição de destaque durante vários ciclos de eleições.

É importante ressaltar que a possibilidade de acumular capital político eleitoral por lideranças políticas é limitada em comparação com as organizações partidárias, por motivos já enumerados mais acima. As lideranças não podem disputar vários cargos ao mesmo tempo, a possibilidade de reeleição em dois dos três cargos avaliados é limitada e a carreira política bem-sucedida pode passar por outros cargos mais altos (Presidente) ou não eletivos (Ministro).

Selecionamos os cinco políticos em cada estado que no período observado acumularam mais visibilidade e sucesso no indicador único, ou seja, levando em conta se foram candidatos, se foram competitivos (mais de 20% dos votos) e se conseguiram se eleger.

A partir dos quadros 2 e 3, verificamos que em ambos os estados os cinco políticos mais importantes (pela soma do indicador L.ÚNICO) disputaram dois ou mais cargos analisados (Governador, Senador e Prefeito) em condições de competitividade (alcançando acima de 20% dos votos). Mais especificamente, constatamos que dos 5 políticos do Rio de Janeiro, 4 circularam entre os três cargos analisados (Governador, Senador e Prefeito); sendo a exceção Saturnino Braga que se elegeu como Senador e Prefeito. No caso do Paraná, dos 5 políticos, somente um candidato circulou entre todos os cargos (Roberto Requião). Contudo, os outros quatro candidatos circularam entre dois cargos. Resumidamente, todos os dez candidatos analisados do Rio de Janeiro e Paraná transitaram entre dois ou três cargos entre 1982 e 2016 na condição de candidatos competitivos ou eleitos.

Quadro 2: Cinco políticos com maior índice de capital político⁸ do Rio de Janeiro entre 1982 e 2016:

	CESAR EPITÁCIO MAIA	MARCELO BEZERRA CRIVELLA	SERGIO DE OLIVEIRA CABRAL SANTOS FILHO	ROBERTO SATURNINO BRAGA	MARCELLO ALENCAR DA SILVA SAMPAIO
1982				SENADOR	
1985				PREFEITO	
1986					SENADOR
1988					PREFEITO
1990					
1992	PREFEITO				
1994					GOVERNADOR
1996			PREFEITO		
1998	GOVERNADOR			SENADOR	
2000	PREFEITO				
2002		SENADOR	SENADOR		
2004	PREFEITO	PREFEITO			
2006			GOVERNADOR		
2008					
2010	SENADOR	SENADOR	GOVERNADOR		
2012					
2014	SENADOR	GOVERNADOR			
2016		PREFEITO			

Quadro 3: Cinco políticos com maior índice de capital político do Paraná entre 1982 e 2016:

	ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA	ÁLVARO FERNANDES DIAS	CARLOS ALBERTO RICHA	JAIME LERNER	OSMAR FERNANDES DIAS
1982		SENADOR			
1985	PREFEITO			PREFEITO	
1986		GOVERNADOR			
1988				PREFEITO	
1990	GOVERNADOR				
1992					
1994	SENADOR	GOVERNADOR		GOVERNADOR	SENADOR

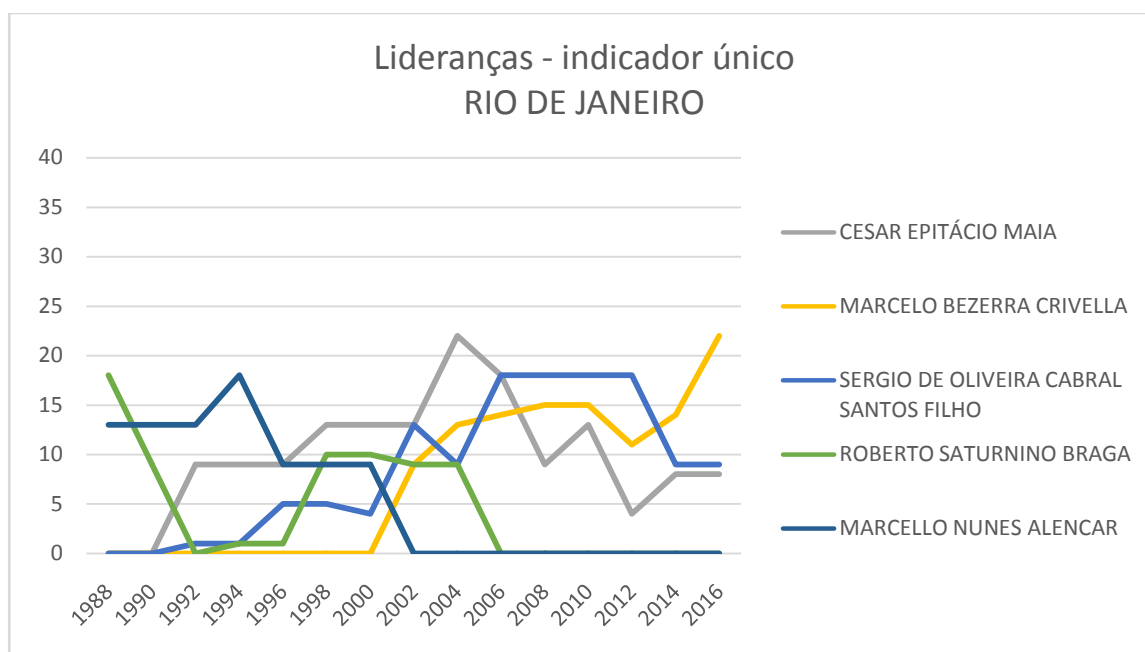
⁸Utilizaremos o termo capital político para designar também o indicador único.

1996					
1998	GOVERNADOR	SENADOR		GOVERNADOR	
2000					
2002	GOVERNADOR	GOVERNADOR			SENADOR
2004			PREFEITO		
2006	GOVERNADOR	SENADOR			GOVERNADOR
2008			PREFEITO		
2010	SENADOR		GOVERNADOR		GOVERNADOR
2012					
2014	GOVERNADOR	SENADOR	GOVERNADOR		
2016					

Os gráficos 7 e 8 identificam a trajetória política dos cinco políticos (pelo indicador L.ÚNICO) de cada estado ao longo dos anos pelos três cargos. Mais uma vez será utilizada a soma ponderada do indicador único para as quatro últimas eleições, ou seja, se o candidato obteve mais de 20% dos votos terá peso 3 e se for eleito terá peso 5. O gráfico inicia-se em 1988 porque este ano representa a soma do indicador único do candidato para as eleições de 1982, 1985, 1986 e 1988.

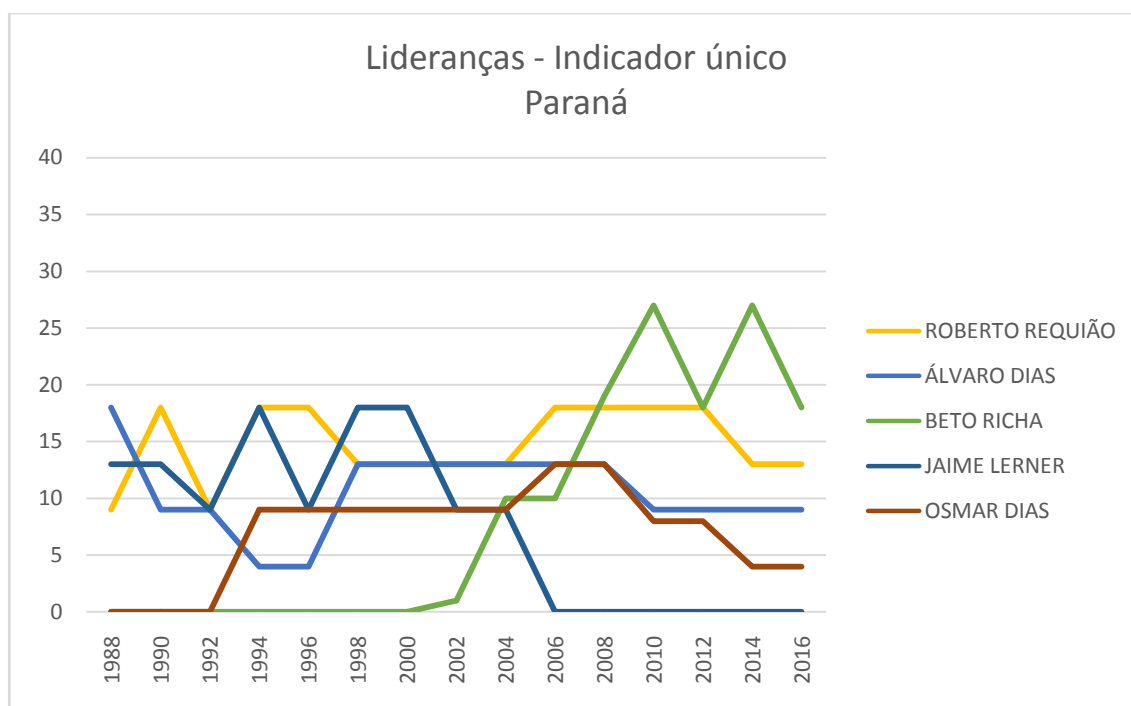
No Rio de Janeiro, verificamos a presença de duas lideranças entre os primeiros dez anos de análise (1982-1992): Roberto Saturnino Braga e Marcello Alencar. Entre 1992 e 2002, duas lideranças despontaram neste período: César Maia e Sérgio Cabral; ainda com a presença de Roberto Saturnino e Alencar. A partir de 2002, Marcelo Crivella desponta como liderança política. Se no início do período analisado observamos a presença de somente duas lideranças políticas; ao final do período, temos três principais figuras: Marcelo Crivella, Sérgio Cabral e César Maia.

Gráfico 7: Indicador da presença de lideranças selecionados estruturando a disputa eleitoral no Rio de Janeiro (C. ÚNICO.SF)



No caso do Paraná, a primeira década de análise (1982-1992) contou com a presença de três lideranças: Álvaro Dias, Jaime Lerner e Roberto Requião. Entre 1992 e 2002, mantiveram-se os mesmos políticos mais a presença de Osmar Dias. A partir de 2002, Beto Richa desponta a partir de sua presença na competição eleitoral; enquanto que Jaime Lerner se ausenta deste cenário. Analisando todo o período, observamos que no início havia três figuras políticas presentes (Álvaro Dias, Jaime Lerner e Roberto Requião) e ao final do período temos quatro políticos com presença significativa na disputa eleitoral (Beto Richa, Roberto Requião, Álvaro Dias e Osmar Dias). Se inicialmente a disputa girava em torno de duas lideranças políticas no Rio de Janeiro, no Paraná havia 3 principais lideranças em evidência. Já no final do período analisado, ambos os estados possuem mais lideranças políticas na disputa eleitoral, sendo 3 no Rio de Janeiro e 4 no Paraná.

Gráfico 8: Indicador da presença de lideranças selecionados estruturando a disputa eleitoral no Paraná (C. ÚNICO.SF)



As lideranças nos partidos

Um dos argumentos que nos ajuda a explorar o sistema partidário dos estados é a questão da fidelidade partidária⁹. No momento que lideranças partidárias se apresentam por partidos diferentes podemos avaliar se eles têm visibilidade própria no eleitorado ou se dependem do endosso de siglas partidárias. O político pode trocar de partido por diferentes razões: incompatibilidade com a ideologia do partido, potencializar sua candidatura através de outro partido, fusão entre dois partidos, criação de novos partidos, ter mais acessos a recursos através de outro partido, ter maior influência política em outro partido, e etc. (Desposato, 2009; Heller, Mershon, 2009a; Heller, Mershon, 2009b). Sob a ótica do partido, há dois benefícios de aceitar políticos migrantes: aumentar o tamanho do partido, e consequentemente, a possibilidade de ter mais cadeiras no Congresso, mais pastas ministeriais e recursos financeiros; e os migrantes podem levar o apoio eleitoral que já possuem para o novo partido (Desposato, 2009). O presente paper não está preocupado no por que os políticos mudam de partidos, mas sim em entender se os

⁹Heller e Mershon (2009a) apontam que pesquisas sobre migração partidária esclarecem questões não somente sobre partidos e disciplina partidária, mas também sobre sistemas partidários.

partidos que estruturam a dinâmica eleitoral mantêm-se na disputa por conta da entrada de novas lideranças ou da permanência de seus candidatos; assim como, se partidos estão em declínio em função da saída de lideranças influentes.

Primeiro, buscamos investigar se os mesmos candidatos se reapresentam na competição eleitoral através do mesmo partido ou através de partidos diferentes. Analisando as mesmas 5 lideranças políticas indicadas para cada estado ao longo do período, verificamos que no Rio de Janeiro todos os cinco políticos trocaram de partido. Já no estado do Paraná, entre as 5 lideranças, somente 2 políticos (Roberto Requião, PMDB e Beto Richa, PSDB) não trocaram de partido¹⁰.

Uma das questões referentes ao declínio dos partidos nos dois estados diz respeito se este está diretamente relacionado à saída de políticos que migraram para outros partidos; ou o contrário, se a ascensão do partido está relacionada ao ingresso de políticos que vieram de outros partidos, ou aqueles que já eram do partido e permaneceram no mesmo. Deste modo, comparamos os principais partidos em ascensão ou declínio que estruturaram a disputa eleitoral nos dois estados apontados anteriormente nos gráficos 5 e 6¹¹.

Para isto, cruzamos os dados sobre os partidos e as lideranças que concorreram aos três cargos analisados durante todo o período. Para cada partido analisado, haverá duas tabelas: a primeira consta todas as lideranças que concorreram aos cargos com as informações do ano da competição, o capital político e o índice de migração (se o candidato é novo – 1; se o candidato mantém-se na disputa pelo mesmo partido – 2; ou se o candidato migrou de outro partido – 3); a segunda tabela consta o capital político que a liderança detinha antes de sua saída, e o índice de migração (se o candidato apresentou sua última candidatura – 4; ou se ele migrou para outro partido – 5). Com o objetivo de comparar as eleições, estabelecemos cinco ciclos eleitorais, tendo cada ciclo 4 eleições: duas para os cargos de prefeito e duas para os cargos de senador e governador. É importante ressaltar que o 5º ciclo é incompleto, visto que só temos informações para duas eleições (2014 e 2016).

¹⁰ As duas tabelas com as 5 principais lideranças de cada estado encontram-se no anexo.

¹¹ Partidos em ascensão: PMDB (RJ) e PSDB (PR). Partidos em declínio: PMDB (PR) e PDT (RJ).

O declínio do PDT no Rio de Janeiro

O primeiro partido e suas lideranças a serem analisados é o PDT do Rio de Janeiro. Ao longo dos 34 anos analisados verificamos que o PDT possuiu uma característica de declínio na estruturação da dinâmica de competição eleitoral no Rio de Janeiro. O que nos interessa analisar é se essa queda do PDT esteve ligada aos líderes que permaneceram no partido ou se esteve ligada à migração dos políticos para outros partidos.

A primeira informação relevante é de que somente de 1982 até 1996 o PDT lançou candidaturas para todos os cargos em análise (Prefeito da capital, Senador e Governador). Dentre a possibilidade de disputar as eleições para 31 cargos nesses anos, o PDT teve 24 candidaturas (77% do total) sendo 14 lideranças políticas diferentes.

A liderança que mais reapresenta candidaturas entre os cargos de Governador, Senador e Prefeito é o de Leonel Brizola que se candidata quatro vezes. O capital político de Brizola corresponde a 21% do total¹² de capital político do partido; ou seja, um quinto do capital político do partido se deu por conta de uma única liderança.

É importante ressaltar que a soma do capital político dos candidatos vai diminuindo (última coluna) à medida que as eleições são mais atuais. Este resultado é coerente com o declínio do partido verificado no gráfico 5.

A partir da mesma lógica envolvendo partido e lideranças, demonstramos no quadro 5 quais os políticos que saíram do partido por migrarem para outros ou por terem sua última candidatura no PDT para um dos três cargos analisados (governador, senador e prefeito). A última coluna totaliza o somatório de capital político que as lideranças detinham na eleição anterior antes de sua saída do partido. Deste modo, podemos apontar que o PDT perdeu 50 pontos de capital político durante todo o período; sendo 52% do capital político de todo o partido.

¹²20 de capital político de Brizola em relação ao total do partido (95).

Quadro 4 – O PDT no Rio de Janeiro (todas as candidaturas)

PDT / RJ	PREFEITO 1	PREFEITO 2	GOVERNADOR 1	GOVERNADOR 2	SENADOR 1	SENADOR 2	SENADOR 3	Total Capital Político
1982 – 1988	1985 Saturnino CP: 9 MIG: 1	1988 Marcelo Alencar CP: 9 MIG: 2	1982 Brizola CP: 9 MIG: 2	1986 Darcy Ribeiro CP: 4 MIG: 2	1982 Saturnino CP: 9 MIG: 2	1986 José Frejat CP: 4 MIG: 2	1986 Marcelo Alencar CP: 4 MIG: 2	48
1990 – 1996	1992 Cidinha CP: 1 MIG: 2	1996 Miro Teixeira CP: 1 MIG: 3	1990 Brizola CP: 9 MIG: 1	1994 Garotinho CP: 4 MIG: 2	1990 Darcy Ribeiro CP: 9 MIG: 1	1994 Carlos Alberto Caó CP: 1 MIG: 2	1994 Jorge Roberto Saad CP: 4 MIG: 2	29
1998 – 2004	2000 Brizola CP: 1 MIG: 1	2004 Nilo Batista CP: 1 MIG: 2	1998 Garotinho CP: 9 MIG: 1	2002 Jorge Roberto Saad CP: 1 MIG: 1	2002 Lupi CP: 1 MIG: 2	2002 Brizola CP: 1 MIG: 1		14
2006 – 2012	2008 Paulo Sérgio CP: 1 MIG: 3		2006 Lupi CP: 1 MIG: 1		2006 Edialeda CP: 1 MIG: 2			3
2014 - 2016					2014 Lupi CP: 1 MIG: 1			1

Quadro 5 – O PDT no Rio de Janeiro (candidatos que saíram do partido; encerraram a vida política ou não se candidataram mais)

PDT / RJ	PREFEITO 1	PREFEITO 2	GOVERNADOR 1	GOVERNADOR 2	SENADOR 1	SENADOR 2	SENADOR 3	Total Capital Político
1982 – 1988	1985 Saturnino CP: 9 MIG: 5 (migra para o PSB em 1998)	1988 Marcelo Alencar CP: 9 MIG: 5 (migra para o PSDB em 1193)				1986 José Frejat MIG: 4 (sai da vida política)		22
1990 – 1996	1992 Cidinha CP: 1 MIG: 4 (última candidatura)	1996 Miro Teixeira CP: 1 MIG: 5 (migra para o PPS em 2004)			1990 Darcy Ribeiro CP: 9 MIG: 4 (falece em 1997)	1994 Carlos Alberto Caó CP:1 MIG: 4 (última candidatura)		13
1998 – 2004		2004 Nilo Batista CP: 1 MIG: 4 (sai da vida política)	1998 Garotinho CP: 9 MIG: 5 (migra para o PSB em 2000)	2002 Jorge Roberto Saad CP:1 MIG: 4 (última candidatura)	2002 Brizola CP: 1 MIG: 4 (falece em 2004)			12
2006 – 2012	2008 Paulo Sérgio Barbosa CP: 1 MIG: 5 (migrou para o PSOL em 2013)				2006 Edialeda CP: 1 MIG: 4 (falece em 2010)			2
2014 - 2016					2014 Lupi CP: 1 MIG: 4 (saída)			1

O declínio do PMDB no Paraná

Outro partido a ser analisado que teve uma tendência de declínio ao longo dos anos é o PMDB do Paraná. A totalização de capital político diminui com o passar do tempo, o que sugere que o partido tenha um papel cada vez menor na estruturação do sistema partidário do estado. Dentre a possibilidade de o partido concorrer a 31 cargos, o partido apresentou 24 candidaturas sendo 14 políticos ao total. Isto significa que o PMDB do Paraná concorreu a 77% do total de cargos. Assim como o PDT do Rio de Janeiro, o PMDB só consegue lançar candidatos para todos os cargos no primeiro ciclo eleitoral (1982-1988), e o partido tem o seu capital político reduzido com o passar do tempo.

O que nos chama mais atenção no caso do PMDB é a presença constante de uma liderança política: Roberto Requião. Este concorre às eleições em todos os ciclos eleitorais, circulando entre a possibilidade de se eleger entre os três cargos analisados (governador, senador e prefeito da capital). Ademais, Requião possui um alto capital político nas eleições na qual disputa; totalizando um capital político de 62. Requião possui cerca da metade (47%) do total de capital político do partido. Assim, verificamos que uma só liderança partidária concentra metade do capital político do partido.

Com relação aos políticos que deixaram o partido ou que não concorreram mais para nenhum dos cargos, verificamos que o partido perde 50 pontos de capital político representando 38% do total de capital político que o partido possui.

Quadro 6 – O PMDB no Paraná (todas as candidaturas)

PMDB / PR	PREFEITO 1	PREFEITO 2	GOVERNADOR 1	GOVERNADOR 2	SENADOR 1	SENADOR 2	SENADOR 3	Total Capital Político
1982 – 1988	1985 Roberto Requião CP: 9 MIG: 2	1988 Fruet CP: 4 MIG: 2	1982 José Richa CP: 9 MIG: 2	1986 Álvaro Dias CP: 9 MIG: 1	1982 Álvaro Dias CP: 9 MIG: 2	1986 Afonso Camargo CP: 9 MIG: 2	1986 Enéas Faria CP: 4 MIG: 2 1986 José Richa CP: 9 MIG: 1	62
1990 – 1996	1992 Fruet CP: 4 MIG: 1	1996 Max CP: 1 MIG: 2	1990 Roberto Requião CP: 9 MIG: 1		1990 Waldyr CP: 1 MIG: 2	1994 Roberto Requião CP: 9 MIG: 1		24
1998 – 2004	2000 Mauricio Requião CP: 1 MIG: 2		1998 Roberto Requião CP: 4 MIG: 1	2002 Roberto Requião CP: 9 MIG: 1		2002 Paulo Pimentel CP: 4 MIG: 3		18
2006 – 2012	2008 Carlos Augusto CP: 1 MIG: 2	2012 Rafael Greca CP: 1 MIG: 3	2006 Roberto Requião CP: 9 MIG: 1			2010 Roberto Requião CP: 9 MIG: 1		20
2014 - 2016	2016 Mauricio Thadeu CP: 1 MIG: 2		2014 Roberto Requião CP: 4 MIG: 1			2014 Marcelo Beltrão CP: 1 MIG: 2		6

Quadro 7 – O PMDB no Paraná (candidatos que saíram do partido; encerraram a vida política ou não se candidataram mais)

PMDB / PR	PREFEITO 1	PREFEITO 2	GOVERNADOR 1	GOVERNADOR 2	SENADOR 1	SENADOR 2	SENADOR 3	SENADOR 4	Total Capital Político
1982 – 1988				1986 Álvaro Dias CP: 9 MIG: 5 (migrou para o PP em 1989)		1986 Afonso Camargo CP: 9 MIG: 5 (migrou para o PTB em 1987)	1986 Enéas Faria CP: 4 MIG: 4 (migrou para o PTB em 1988)	1986 José Richa CP: 9 MIG: 5 (migrou para o PSDB em 1988)	31
1990 – 1996	1992 Maurício Fruet CP: 4 MIG: 4 (falece em 1998)	1996 Max CP: 1 MIG: 5 (migrou para o PSDB em 1997)			1990 Waldyr CP: 1 MIG: 4 (última candidatura)				6
1998 – 2004	2000 Mauricio Requião CP: 1 MIG: 4 (última candidatura)					2002 Paulo Pimentel CP: 4 MIG: 4 (última candidatura)			5
2006 – 2012	2008 Carlos Augusto CP: 1 MIG: 4 (última candidatura)	2012 Rafael Greca CP: 1 Mig: 5 (migrou para o PMN em 2015)							2

2014 - 2016	2016 Mauricio Thadeu CP: 1 MIG: 4 (última candidatura)		2014 Roberto Requião CP: 4 MIG: 4 (última candidatura)			2014 Marcelo Beltrão CP: 1 MIG: 5 (migrou para o PV em 2016)			6
------------------------	--	--	---	--	--	---	--	--	---

Queda e recuperação do PMDB no Rio de Janeiro

O PMDB do Rio de Janeiro possui dois momentos em sua trajetória: o primeiro, de 1982 a 2000, o partido presenciou um declínio na participação da dinâmica de competição eleitoral do Rio de Janeiro; e o segundo momento, de 2000 a 2014, o partido conseguiu estruturar cada vez mais o sistema partidário do estado, com um pequeno declínio em 2016. Estes dois momentos são observados pelo somatório de capital político das lideranças que se candidataram pelo partido: declínio e depois aumento do capital político.

O partido apresentou 26 candidaturas, sendo 20 políticos diferentes, para os 31 cargos possíveis. Isto é, o partido apresentou 83% de candidaturas em relação a todas as eleições. O partido somente apresentou candidaturas para todos os cargos no primeiro ciclo eleitoral (1982-1988).

A liderança que mais possui reapresentação dentro do partido, concorrendo a diferentes cargos, é Sergio Cabral; na qual ele se candidata 3 vezes para dois cargos diferentes (Senador e Governador). O político possui 25% do total de capital político do partido. É importante ressaltar uma característica dessa liderança: Sergio Cabral concorre ao cargo de Prefeito em 1992 e 1996 pelo PSDB antes de migrar para o PMDB; ou seja, o político já detém capital político e memória do eleitorado. A sua migração para o PMDB já vem em um contexto de alto capital político. O mesmo ocorre com outra liderança do PMDB que concorreu em dois cargos e venceu as duas vezes: Eduardo Paes. O político concorre para o cargo de Governador em 2006 pelo PSDB antes de concorrer para a Prefeitura em 2008 pelo PMDB. A alavancagem do capital político a partir dos anos 2000 pode ter sido ajudado com a entrada dessas duas lideranças no partido que juntos representam 40% do total de capital político do partido.

Com relação aos candidatos que migraram de partido ou disputaram pela última vez algum dos três cargos em evidência, verificamos que o partido perde 67 de capital político ao longo de todo o período; sendo cerca de 64% do total.

Quadro 8 – O PMDB no Rio de Janeiro (todas as candidaturas)

PMDB / RJ	PREFEITO 1	PREFEITO 2	GOVERNADOR 1	GOVERNADOR 2	SENADOR 1	SENADOR 2	SENADOR 3	Total Capital Político
1982 – 1988	1985 Jorge Leite CP: 1 MIG: 2	1988 José Colagrossi CP: 1 MIG: 1	1982 Miro Teixeira CP: 4 MIG: 2	1986 Moreira Franco CP: 9 MIG: 3	1982 Mario de Souza CP: 1 MIG: 2 1986 Hélio Fernandes CP: 1 MIG: 2	1982 Artur da Tavola CP: 1 MIG: 2 1986 José Colagrossi CP: 1 MIG: 2	1982 Raphael Hermeto CP: 1 MIG: 2 1986 Nelson Carneiro CP: 9 MIG: 2	29
1990 – 1996	1992 Cesar Maia CP: 9 MIG: 2		1990 Nelson Carneiro CP: 1 MIG: 1	1994 Milton Gonçalves CP: 1 MIG: 2	1990 Francisco de Assis CP: 1 MIG: 2	1994 Gelson Guilherme CP: 1 MIG: 2	1994 Paulo José Rattes CP: 1 MIG: 2	14
1998 – 2004		2004 Luiz Paulo Conde CP: 1 MIG: 3			1998 Moreira Franco CP: 1 MIG: 1	2002 Sergio Cabral CP: 9 MIG: 3		11
2006 – 2012	2008 Eduardo Paes CP: 9 MIG: 3	2012 Eduardo Paes CP: 9 MIG: 1	2006 Sergio Cabral CP: 9 MIG: 1	2010 Sergio Cabral CP: 9 MIG: 1	2010 Jorge Picciani CP: 4 MIG: 2			40
2014 - 2016	2016 Pedro Paulo CP: 1 MIG: 2		2014 Luiz Fernando (Pezão) CP: 9 MIG: 2					10

Quadro 9 – O PMDB no Rio de Janeiro (candidatos que saíram do partido; encerraram a vida política ou não se candidataram mais)

PMDB / RJ	PREFEITO 1	PREFEITO 2	GOVERNADOR 1	GOVERNADOR 2	SENADOR 1	SENADOR 2	SENADOR 3	Total Capital Político
1982 – 1988	1985 Jorge Leite CP: 1 MIG: 5 (migrou para o PTB em 1991)	1988 José Colagrossi CP: 1 MIG: 4 (última candidatura)	1982 Miro Teixeira CP: 4 MIG: 5 (migrou para o PDT em 1989)	1986 Moreira Franco CP: 9 MIG: 4 (última candidatura)	1982 Mario de Souza CP: 1 MIG: 4 (saiu da vida política) 1986 Hélio Fernandes CP: 1 MIG: 4 (última candidatura)	1982 Artur da Tavola CP: 1 MIG: 5 (migrou para o PSDB em 1988) 1986 José Colagrossi CP: 1 MIG: 4 (última candidatura)	1982 Raphael Hermeto CP: 1 MIG: 4 (última candidatura)	20
1990 – 1996	1992 Cesar Maia CP: 9 MIG: 5 (migrou para o DEM em 1996)		1990 Nelson Carneiro CP: 1 MIG: 5 (migrou para o PP em 1994)	1994 Milton Gonçalves CP: 1 MIG: 4 (última candidatura)	1990 Francisco de Assis CP: 1 MIG: 4 (última candidatura)	1994 Gelson Guilherme CP: 1 MIG: 4 (última candidatura)	1994 Paulo José Rattes CP: 1 MIG: 4 (última candidatura)	14
1998 – 2004		2004 Luiz Paulo Conde CP: 1 MIG: 4 (falece em 2015)						1
2006 – 2012		2012 Eduardo Paes CP: 9 MIG: 4		2010 Sergio Cabral CP: 9 MIG: 4 (última	2010 Jorge Picciani CP: 4 MIG: 4 (última			22

		(última candidatura)		candidatura)	candidatura)			
2014 - 2016	2016 Pedro Paulo CP: 1 MIG: 4 (última candidatura)		2014 Luiz Fernando (Pezão) CP: 9 MIG: 4 (última candidatura)					10

A ascensão do PSDB no Paraná

O PSDB do Paraná possui um quadro geral de avanço na estruturação do sistema partidário do estado. O partido apresenta praticamente metade (51%) de candidaturas em relação ao total de cargos em disputa. Um fato interessante é que o partido não lança nenhuma candidatura para o primeiro ciclo eleitoral (1982-1988); ao contrário dos outros três partidos analisados anteriormente. O Partido possui uma tendência de aumento de seu capital político durante o período com uma pequena queda nos anos mais recentes (2014-2016).

A liderança que mais se reapresenta dentro do partido é Carlos Alberto Richa, na qual o político se apresentou 5 vezes do total de 16 candidaturas do partido, concorrendo aos cargos de Prefeito e Governador. O político detém 44% do total de capital político do partido. Neste ponto, os dois partidos analisados do Paraná se aproximam (PMDB e PSDB): ambos contem lideranças que possuem quase a metade do capital político total do partido (47% e 44%, respectivamente).

O PSDB perde 45% do total de capital político do partido em que esta perda é cada vez menor nas eleições mais recentes.

Quadro 10 – O PSDB no Paraná (todas as candidaturas)

PSDB / PR	PREFEITO 1	PREFEITO 2	GOVERNADOR 1	GOVERNADOR 2	SENADOR 1	SENADOR 2	SENADOR 3	Total Capital Político
1982 – 1988								
1990 – 1996	1992 Jonatas Pirkiel CP: 1 MIG: 2	1996 Carlos Simões CP: 4 MIG: 2	1990 José Richa CP: 4 MIG: 3		1990 Mauricio Fruet CP: 4 MIG: 3	1994 Hélio Duque CP: 1 MIG: 2		14
1998 – 2004	2000 Luiz Forte Netto CP: 1 MIG: 2	2004 Carlos A. Richa CP: 9 MIG: 1		2002 Carlos A. Richa CP: 1 MIG: 2	1998 Álvaro Dias CP: 9 MIG: 3	2002 NitisJacon CP: 1 MIG: 2		21
2006 – 2012	2008 Carlos A. Richa CP: 9 MIG: 1			2010 Carlos A. Richa CP: 9 MIG: 1	2006 Álvaro Dias CP: 9 MIG: 3	2010 Gustavo Fruet CP: 4 MIG: 2		31
2014 - 2016			2014 Carlos A. Richa CP: 9 MIG: 1		2014 Álvaro Dias CP: 9 MIG: 1			18

Quadro 11 – O PSDB no Paraná (candidatos que saíram do partido; encerraram a vida política ou não se candidataram mais)

PSDB / PR	PREFEITO 1	PREFEITO 2	GOVERNADOR 1	GOVERNADOR 2	SENADOR 1	SENADOR 2	SENADOR 3	Total Capital Político
1982 – 1988								
1990 – 1996	1992 Jonatas Pirkiel CP: 1 MIG: 4 (última candidatura)	1996 Carlos Simões CP: 4 MIG: 4 (última candidatura)	1990 José Richa CP: 4 MIG: 4 (saiu da vida política)		1990 Mauricio Fruet CP: 4 MIG: 5 (migrou para o PMDB em 1992)	1994 Hélio Duque CP: 1 MIG: 4 (última candidatura)		14
1998 – 2004	2000 Luiz Forte Netto CP: 1 MIG: 4 (última candidatura)				1998 Álvaro Dias CP: 9 MIG: 5 (migrou para o PDT em 2002)	2002 NitisJacon CP: 1 MIG: 4 (saiu da vida política)		11
2006 – 2012						2010 Gustavo Fruet CP: 4 MIG: 5 (migrou para o PDT em 2012)		4
2014 - 2016			2014 Carlos A. Richa CP: 9 MIG: 4 (última candidatura)					9

Aprofundando a discussão identificamos em seguida quais tipos de lideranças partidárias ajudam o partido a alavancar o seu capital político estruturando a competição eleitoral do estado, e quais tipos de saída contribuem para diminuir a presença no cenário competitivo. Elaboramos quatro diferentes gráficos que demonstram a relação entre o capital político dos partidos e de suas lideranças.

Verificamos no gráfico 9 que o PDT do Rio de Janeiro perdeu capital político do partido principalmente por conta da saída de lideranças para outros partidos e aqueles que ou encerraram a carreira política ou não concorrem mais para nenhum dos três cargos majoritários (Governador, Senador e Prefeito da capital). Mais especificamente, entre os anos de 1994 a 2000, o partido perde todo o capital político que detinha na época.

O PMDB do Paraná no gráfico 10 também perde capital político a partir da saída de suas lideranças principalmente nos primeiros anos (1986-1992). A partir de 1994, o partido perde capital político predominantemente por conta dos políticos que não se candidatam mais (saída). Entretanto, a taxa de capital político daqueles que permanecem no partido, que vem de outro partido ou são políticos novos são relativamente baixos, o que não ajuda o partido a alavancar como um todo.

O PMDB do Rio de Janeiro no gráfico 11 apresenta oscilações em todo o seu período. De 1986 a 1992, do total do capital político (32), o partido perde 13 pontos por conta principalmente da saída de lideranças para outros partidos. De 1994 a 2000, o partido perdeu mais capital político do que detinha, o que acarretou em um grande declínio do partido neste período. No período seguinte (2002-2008), o crescimento do capital político se deu principalmente pela entrada de lideranças políticas que vieram de outros partidos. No último período, o partido continua estruturando a dinâmica eleitoral por conta dos políticos que já estão no partido e aqueles que são novos no partido.

O PSDB no Paraná no gráfico 12 apresenta um contexto de crescimento na estruturação e participação da dinâmica de competição eleitoral no estado. Observamos que entre 1986 a 2000, o crescimento do partido se dá por conta da entrada de partidos que vieram de outros partidos e aqueles que são novos no partido. O sucesso do partido no estado justifica-se principalmente pela manutenção dos mesmos políticos entre os anos de 2002 a 2016.

Gráfico9: O PDT no Rio de Janeiro

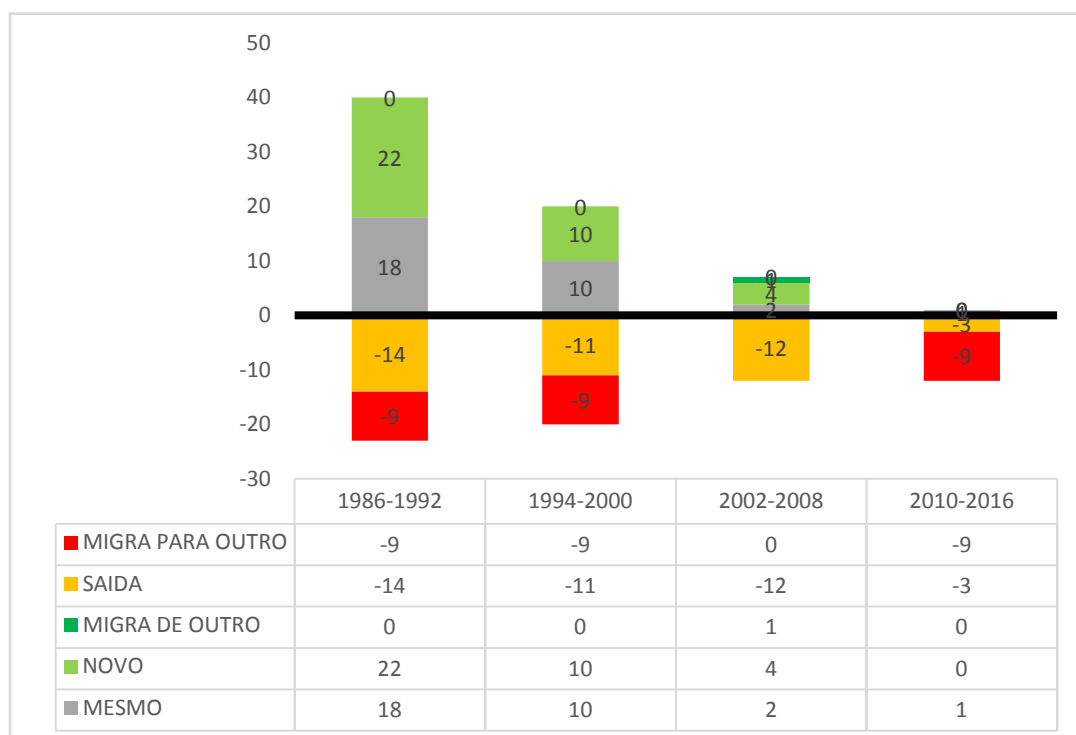


Gráfico 10: O PMDB no Paraná

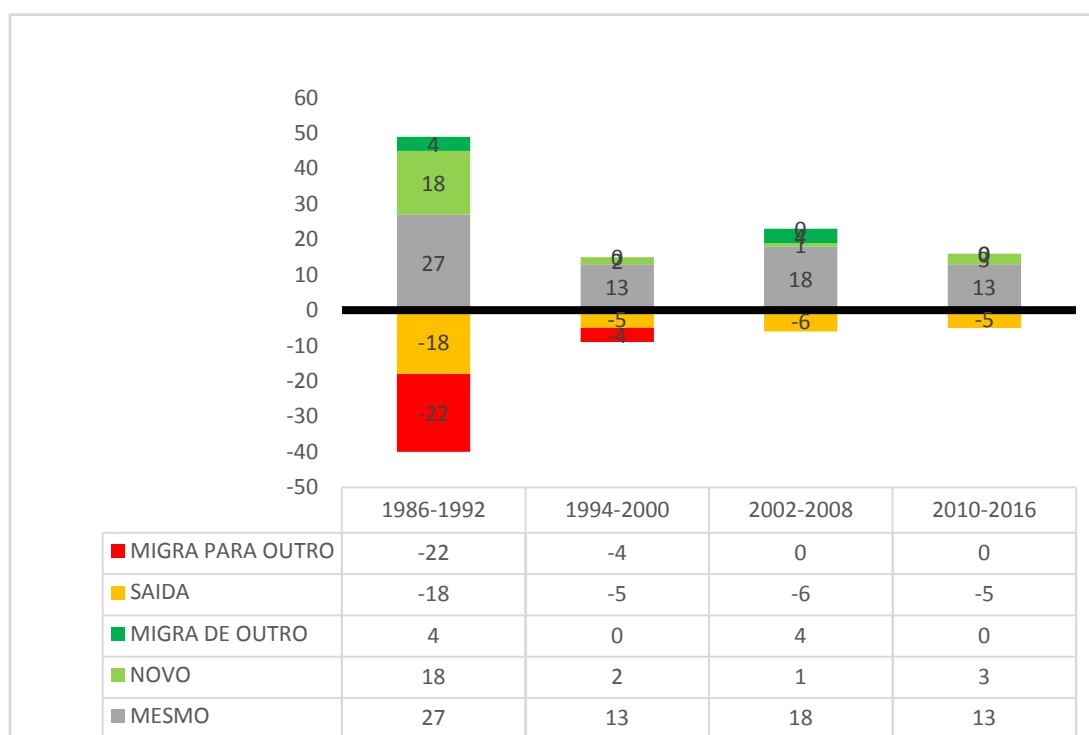


Gráfico 11: O PMDB no Rio de Janeiro

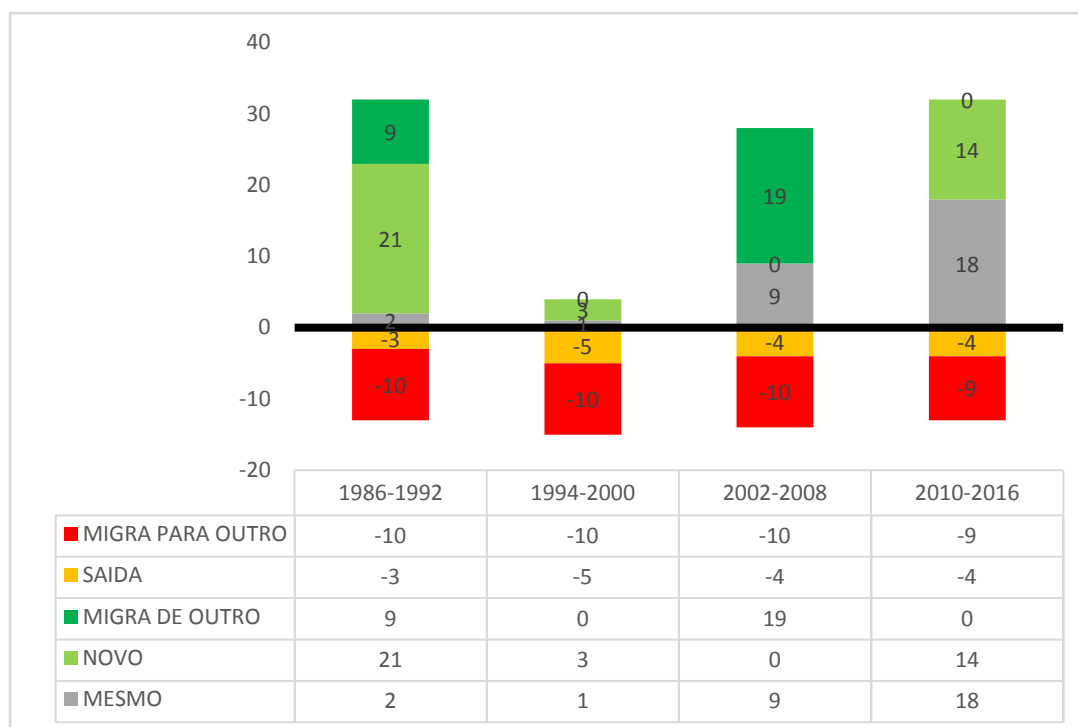
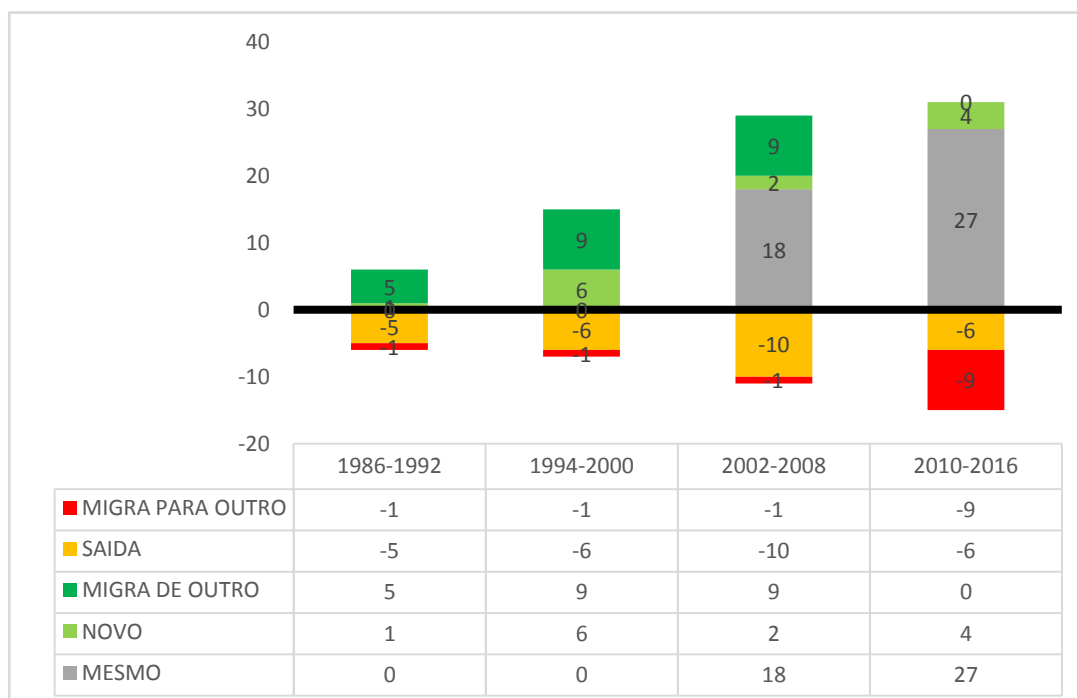


Gráfico 12: O PSDB no Paraná



Conclusões e próximos passos

Analisando sob a ótica dos partidos, verificamos que os casos do Rio de Janeiro e do Paraná assemelham-se a alguns cenários do sistema partidário subnacional de Melo (2010). No Rio de Janeiro, observamos uma polarização da disputa pelos cargos majoritários entre dois partidos políticos no início do período (PMDB e PDT). Em um segundo momento, no meio do período observado, esta estruturação desfaz e nenhum partido consegue dominar na disputa eleitoral. No final do período o sistema partidário se estrutura de novo, agora em torno do PMDB e o PRB. Já no caso do Paraná, há a maior presença de um único partido tanto no início quanto no final do período. Entretanto, esse partido predominante altera-se: no início era o PMDB, e ao final, o PSDB. Em ambos os momentos há diferentes partidos concorrendo à disputa eleitoral, porém, nenhum destes consegue alcançar uma posição de destaque.

Analisando sob a ótica das lideranças, observamos que no Rio de Janeiro os políticos tendem a migrar mais entre os partidos e em maior quantidade. Comparativamente, no Paraná os políticos são mais fiéis aos seus partidos. Verificamos que os partidos e as lideranças estruturam a disputa eleitoral nos dois estados de formas diferentes: no Rio de Janeiro há dois partidos principais que estruturam a dinâmica da competição eleitoral tanto no início quanto ao final do período analisado; já as lideranças tendem a migrar mais de partidos. No Paraná, há a predominância de um partido na disputa com uma alternância de partidos adversários. Contudo, é importante ressaltar que o partido mais prevalente na disputa não é o mesmo no começo e no final da análise. Com relação às lideranças, verificamos que há uma maior fidelidade partidária em relação aos políticos do Rio de Janeiro.

Quando partimos para a análise mais aprofundada sobre os principais partidos que estruturam a dinâmica de cada estado, verificamos que os partidos do Paraná (PMDB e PSDB) possuem políticos específicos que circulam entre a disputa dos três cargos detendo quase metade do capital político de todo o partido (Roberto Requião e Carlos Alberto Richa, respectivamente). Este achado pode ser um indício de um maior personalismo do sistema partidário do Paraná, onde os mesmos políticos se reapresentam pelos mesmos partidos e concentram uma alta taxa do capital político de todo o partido.

Ao contrário, no Rio de Janeiro os políticos que concentram a maior porcentagem de capital político do partido não ultrapassam um quinto do total. Ademais, observamos que o Rio de Janeiro possui uma maior rotatividade de políticos entre os partidos. Por exemplo, Sérgio Cabral e Eduardo Paes alavancam o capital político do PMDB mas já possuíam um histórico anterior de concorrer para os mesmos cargos no PSDB; ou seja, já contavam com um capital político. O PDT é um exemplo de que o declínio do partido é concomitante ao processo de saída de suas lideranças com alto capital político para outros partidos ou que encerraram a vida política.

A análise do partidarismo e do personalismo como duas dimensões da estruturação da competição eleitoral no Brasil é uma pista importante para entender a dinâmica da representação política no Brasil. Em relação à identificação do papel dos partidos políticos sistematizamos ideias que estão contidas nas propostas de outros autores como Mainwaring(1999) e Melo (2010). A contribuição do texto aqui para o debate sobre a institucionalização dos sistemas partidários subnacionais consiste na operacionalização dos conceitos da presença e perenidade dos partidos na disputa eleitoral.

Quanto à questão do personalismo, a contribuição é mais abrangente. Apresentamos uma métrica original para avaliar o grau de personalização da representação política que permite comparar subsistemas partidários ou partidos políticos quanto ao peso que as lideranças políticas têm na estruturação das disputas eleitorais. Com isto esperamos contribuir para aprofundar a análise sobre a influência do personalismo no sistema representativo no Brasil. Neste primeiro momento o trabalho é exploratório e descritivo. O próximo desafio será refinar a métrica para uma análise quantitativa e expandir a análise para outros Estados e épocas históricas.

Referências bibliográficas

DESPOSATO, Scott. 2009. Party switching in Brazil: causes, effects and representation. In: Political parties and legislative party switching. Willian B. Heller and Carol Mershon, eds. P. 109-144. United States: Palgrave Macmillan.

HELLER, Willian B; MERSHON, Carol. 2009a. Introduction: legislative party switching, parties and party systems. In: Political parties and legislative party switching. Willian B. Heller and Carol Mershon, eds. P. 03-28. United States: Palgrave Macmillan.

_____. 2009b. Integrating theoretical and empirical models of party switching. In: Political parties and legislative party switching. Willian B. Heller and Carol Mershon, eds. P. 29-51. United States: Palgrave Macmillan.

MAINWARING, Scott. 1999. Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization: The Case of Brazil. Stanford University Press.

MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy R. 1995. Introduction: Party Systems in Latin America. *In Building Democratic Institutions : Party Systems in Latin America.* Scott Mainwaring and Timothy R. Scully, eds. Pp. 1–36. Stanford, Calif. : Stanford University Press.

_____. 1997. La institucionalización de los sistemas de partido en América Latina. *América Latina Hoy*(16): 91–108.

MAINWARING, Scott; TORCAL, Mariano. 2005. Teoria e Institucionalização Dos Sistemas Partidários Após a Terceira Onda de Democratização. *Opinião Pública* 11(2): 249–286.

MELO, Carlos Ranulfo Felix de. 2010. Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política* 0(4): 13–41.

_____. 2011. Individualismo e partidarismo em doze estados brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 26, n. 75, p. 57-71.

Anexos

Gráfico 5b: Indicador da presença dos partidos estruturando a disputa eleitoral (RJ)

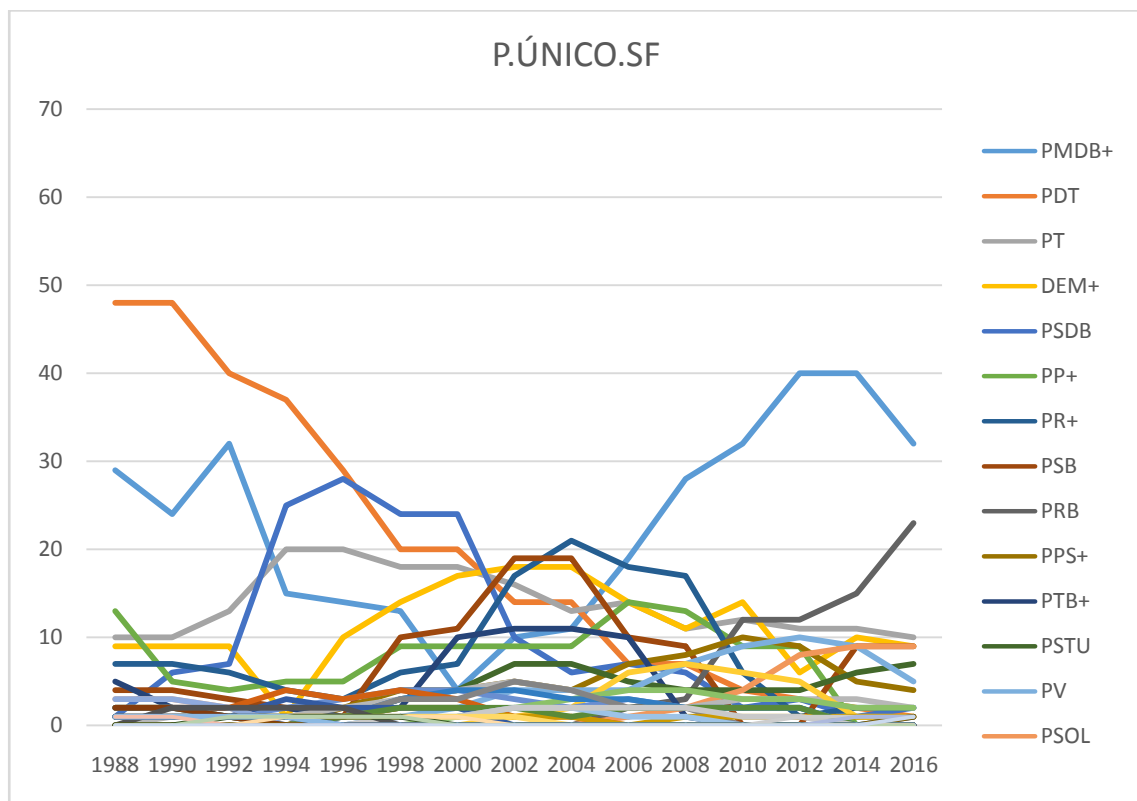
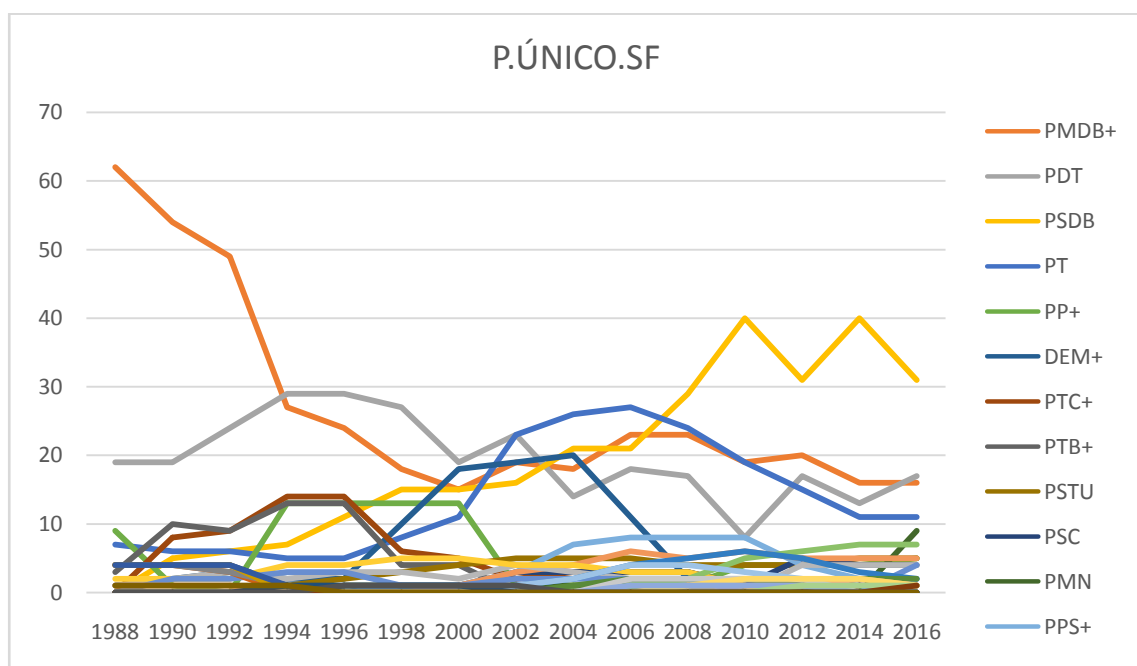


Gráfico 6b: Indicador da presença dos partidos estruturando a disputa eleitoral (PR)



Quadro A : Lideranças do Rio de Janeiro e sua trajetória entre os partidos políticos

	CESAR EPITÁCIO MAIA	MARCELO BEZERRA CRIVELLA	SERGIO DE OLIVEIRA CABRAL SANTOS FILHO	ROBERTO SATURNINO BRAGA	MARCELLO ALENCAR
1982				PDT	
1985				PDT	
1986					PDT
1988					PDT
1990					
1992	PMDB		PSDB		
1994				PSB	PSDB
1996			PSDB		
1998	DEM			PSB	
2000	PTB				
2002		PR	PMDB		
2004	DEM	PR			
2006		PRB	PMDB		
2008		PRB			
2010	DEM	PRB	PMDB		
2012					
2014	DEM	PRB			
2016		PRB			
MIGRAÇÃO	3	1	1	1	1

Quadro B: Lideranças do Paraná e sua trajetória entre os partidos políticos

	ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA	ÁLVARO FERNANDES DIAS	CARLOS ALBERTO RICHA	JAIME LERNER	OSMAR FERNANDES DIAS
1982		PMDB			
1985	PMDB			PDT	
1986		PMDB			
1988				PDT	
1990	PMDB				
1992					
1994	PMDB	PP		PDT	PP
1996					
1998	PMDB	PSDB		DEM	
2000					
2002	PMDB	PDT	PSDB		PDT
2004			PSDB		
2006	PMDB	PSDB			PDT
2008			PSDB		
2010	PMDB		PSDB		PDT
2012					
2014	PMDB	PSDB	PSDB		
2016					
MIGRAÇÃO	0	4	0	1	1